

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.839 - SP (2019/0300172-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : GISELE XIMENES VIEIRA DOS SANTOS INÁCIO -**  
**SP205884**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : M F F (INTERNADO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

**M. F. F.** alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal estadual** em habeas corpus.

Consta dos autos que foi aplicada ao paciente a medida socioeducativa de **internação** pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 155, § 4º, I e IV, do Código Penal (fls. 26-36).

A defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada (fls. 47-50).

Nesta Corte, a impetrante sustenta que a instância ordinária, ao impor a internação, não observou as hipóteses taxativas do art. 122 do ECA. Requer, liminarmente e no mérito, a **substituição da medida socioeducativa aplicada por liberdade assistida ou semiliberdade**.

### Decido.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que, ao justificar a internação do paciente, **o Tribunal de origem salientou que "o adolescente é reincidente específico, (Proc. nº 0016667-79.2015.8.26.0602 fls. 28, dos autos de origem), sendo certo que a imposição de medida em meio aberto então imposta não foi suficiente para afastá-lo do meio delitivo". E explicou que "conforme consoante Relatório de Diagnóstico Polidimensional da Fundação CASA, "...trata-se de adolescente questionador e que tem dificuldades em respeitar normas e os profissionais", além de fazer uso de entorpecentes desde os 13 anos de idade, ter abandonado a escola e não ser alfabetizado (fls. 13/17)" (fl. 50).**

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam que a

# *Superior Tribunal de Justiça*

medida mais gravosa foi aplicada ante às **peculiaridades do caso concreto**, consistentes na situação de risco social em que o adolescente se encontrava, **devido à reiteração dele na prática de ato infracional da mesma natureza**.

**Indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, cujas respostas devem ser encaminhadas **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**